



Município de Setúbal  
Câmara Municipal

**Exmos. Senhores**

**REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE**

**CONCORRENTE**

**Sua referência**

**Sua Comunicação**

**Nossa referência**

83/2024/RF

**Data**

16/05/2024

**ASSUNTO REVISÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO - OBRAS DE URBANIZAÇÃO DO LOTEAMENTO MUNICIPAL E INFRAESTRUTURAS PRIMÁRIAS ENVOLVENTE DOS LOTES A1; A2; A3; A4 E ESTRADA DA GRAÇA, FREGUESIA DE S. SEBASTIÃO**

Exmo. Senhores,

1 – A Câmara Municipal de Setúbal, na qualidade de entidade pública contratante, na sequência do Despacho do **Exmo. Senhor Vereador Carlos Alberto Mendonça Rabaçal**, no âmbito das competências delegadas através do Despacho n.º 26/2022/GAP, de 15 de fevereiro, convida V/ Excelência a apresentar proposta, **até às 23:59 horas, do 9.º dia** após a receção do presente Convite para o serviço identificado no n.º 3.

2 – A presente prestação de serviços é efetuada através do procedimento por Consulta Prévia, ao abrigo da alínea b), n.º 1, do Artigo 16.º, e alínea c), n.º 1, do Artigo 20.º, do CCP, com os fundamentos expostos no pedido de aquisição **n.º 910/2024/DIPCEM**.

3 – O presente procedimento tem por objeto a **“prestação de serviços para revisão de projeto de execução de obras de urbanização do loteamento municipal e infraestruturas primárias envolvente dos lotes A1; A2; A3 e A4, e estrada da Graça, na Freguesia de S. Sebastião”**, com início após a assinatura do contrato, nos termos do número 2, do Artigo 112.º e seguintes do CCP.

4 – A Proposta do Concorrente será apresentada com os seguintes documentos, nos termos de Artigo 57.º do CCP:

- a)** Declaração do Concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo I;
- b)** Proposta;
- c)** Prazo de execução.



Município de Setúbal  
Câmara Municipal

5 – Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, sob pena de caducidade da adjudicação, nos termos do n.º 1 do Artigo 58.º e da alínea c) do n.º 1 do Artigo 86.º do CCP.

6 – A proposta tem de ser apresentada diretamente na plataforma eletrónica: <https://www.acingov.pt/> nos termos do Artigo 62.º, n.º 1 do CCP, não sendo admitida a apresentação de proposta com variantes.

7 – Os preços constantes da proposta serão indicados em algarismos e por extenso e não incluem o IVA, de acordo com o estabelecido no n.º 1 e n.º 2 do Artigo 60.º do CCP.

8 – Não é exigível caução atendendo ao facto de o preço contratual ser inferior a 500.000,00 €, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 88.º do CCP, no entanto, a Câmara Municipal de Setúbal pode, se assim entender conveniente, proceder à retenção de 10% do valor dos pagamentos a efetuar, de acordo com o disposto no n.º 3 do mesmo Artigo.

9 – Nos termos do Artigo 117.º do CCP, pode apresentar proposta um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, desde que um dos seus membros tenha sido convidado para esse efeito, ressalvadas as exceções indicadas no n.º 2 desse Artigo.

10 – Não haverá lugar à fase da negociação, no entanto o concorrente poderá ser notificado a aperfeiçoar a sua proposta, não podendo, no entanto apresentar versão diferente da inicial no que respeita aos aspetos da execução do contrato.

11 – A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, através da modalidade monofator, tendo como único aspeto da execução do contrato a celebrar o preço, de acordo com o disposto na alínea b) do número 1 do Artigo 74.º do CCP.

12 – O prazo para a apresentação dos documentos de habilitação é de 5 dias.

13 - Juntamente com os documentos de habilitação, em caso de pessoa coletiva, o concorrente deverá apresentar documento comprovativo de registo no RCBE, ou o respetivo código de acesso.



Município de Setúbal  
Câmara Municipal

14 - Tendo em atenção o disposto no n.º 1, alínea b), do artigo 37º da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação, por força do disposto no artigo 87º-A do CCP.

15 – O prazo para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados e que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do Artigo 86.º do CCP, é de 5 dias, nos termos da alínea j) do n.º 1 do Artigo 115.º do CCP.

16 – O concorrente é obrigado a manter a proposta pelo prazo de 180 dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação da proposta, de harmonia com o disposto no Artigo 65.º do CCP.

Com os melhores cumprimentos,

A Coordenadora Técnica da Secção de Compras,

Susana Margarida Calixto